

2.

O projeto de desenvolvimento Ocidental e sua relação com as ações das ONGs

Diariamente somos convidados a assistir as ações quase que ‘miraculosas’ de organizações não-governamentais que muitas vezes se colocam como propulsoras do *desenvolvimento* nas comunidades. Contudo, precisamos ultrapassar as lentes midiáticas e analisar como esse suposto desenvolvimento propagandeado aos quatro ventos, transforma a vida nas comunidades, suas causas e principalmente as consequências deste processo.

Entendemos que o modelo de desenvolvimento à maneira ocidental, vem sendo muito criticado e muitas vezes invalidado como possibilidade de busca da melhoria da qualidade de vida das sociedades. Por outro lado, o modelo civilizacional que dele se apropriou gerando uma homogeneização cultural, hoje se encontra em crise, o que nos permite identificar a produção de resistências e de diferentes especialidades nas mais diversas escalas.

Buscamos então através da compreensão do surgimento do fenômeno ONG, sua trajetória e suas ações hodiernas, entender como diferentes noções de desenvolvimento podem interferir nas relações de uma coletividade. Para tal, neste capítulo tentaremos apreender o processo de ocidentalização do mundo e através dele, a construção da noção de desenvolvimento que hoje conhecemos. Ao confrontar as diferentes visões do desenvolvimento, centraremos nosso olhar para as idiossincrasias existentes no conflito entre o desenvolvimento sob lentes do projeto da modernidade, implementado pelas ONGs em sua atuação, e os desenvolvimentos desejados por cada coletividade, utilizando para isso os exemplos apresentados.

Diante desse quadro não podemos nos furtar à tarefa de localizar o leitor acerca do nosso entendimento do termo ONG. Para isso se faz necessário um retorno a uma temática mais ampla, de relação entre o Estado e a Sociedade Civil, para que possamos então apreender o real significado deste termo e sua trajetória até os dias de hoje. Somente através desse movimento e regressando ao processo de ocidentalização e suas resultantes é que poderemos alcançar nosso objetivo de

entender como as diferentes noções de desenvolvimento podem interferir nas relações de uma coletividade.

Sabemos que o Ocidente possui em seu seio as idéias de modernização e desenvolvimento, tendo buscado desde os primórdios de sua existência, a expansão destas para todo o mundo. O ocidente cria a modernidade e com ela o desenvolvimento passa a ser o fim desejado por todos.

Inicialmente temos um período que Castoriadis (1992a, p.19) chama de “a emergência do Ocidente”, onde presenciamos mudanças tanto materiais, como a “auto-instituição da protoburguesia [e] a construção e o crescimento das cidades novas”, quando mudanças intelectuais, artísticas, mentais, enfim, do modo de vida dos indivíduos.

Já no período que segue às duas guerras mundiais, se apresenta bastante turbulento, um período de questionamentos e de rupturas, não só com as formas políticas estabelecidas, mas também de contestação das formas de propriedade, bem como “a organização da economia, a família, a situação das mulheres e as relações entre sexos, a educação e o estatuto dos jovens” (CASTORIADIS, *loc. cit.*). Segundo Castoriadis (*ibid.*, p. 21) “o caráter essencial da época encontra-se na oposição e tensão entre as duas significações nucleares: autonomia individual e social de um lado, expansão limitada do “domínio racional” do outro. A expressão afetiva dessa tensão acha-se na manifestação e na persistência do conflito social e ideológico”.

O capitalismo assume então a sua forma mais perversa. Ele se expande, se mundializa, se mostra um processo histórico capaz de transformar a vida social, cultural, economia e política dos indivíduos e das sociedades. Transforma e recria a significação imaginária social sob a égide da racionalidade e ao mesmo tempo em que unifica o mundo sob seus pés, leva também à diferenciação. Como nos mostra Ruy, se modificam também os valores básicos da sociedade, uma vez que o capitalismo deixa de ser apenas um modo de produção e passa a se mostrar um verdadeiro modelo civilizatório. Segundo o autor, “tal expansão tem se dado com a intenção de integrar cada vez mais espaços e pessoas como produtores e consumidores, em uma espécie de espiral capitalista que difunde especialmente o

modo de agir, pensar e produzir que algumas regiões do Ocidente já haviam desenvolvido” (RUA, 2007, p. 151).

Os valores da civilização e do progresso tomam conta do mundo, e diante disso, a colonização bruta não é mais um fator essencial à dominação ocidental. O que observamos foi o surgimento de um neocolonialismo, pois como aponta Latouche (1994, p. 26)

esta apoteose do Ocidente não é mais a presença real de um poder humilhante por sua brutalidade e sua arrogância. Ela se apóia nos poderes simbólicos cuja dominação abstrata é mais insidiosa, mas por isso mesmo menos contestável. Esses novos agentes da dominação sob a ciência, a técnica, a economia e o imaginário social sobre o qual elas repousam: os valores do progresso.

O processo de ocidentalização do mundo se mostra bastante complexo, ele se expande de forma desigual e ainda esbarra nas realidades existentes em cada canto do mundo. Ele encontra as mais variadas formas de civilização, de cultura, diferentes tipos de pensar, de agir, de se organizar, que reagem de formas diferenciadas ao processo histórico da ocidentalização. “No âmbito dessa pluralidade de formas civilizatórias revela-se a pluralidade de formas de ocidentalidade” (IANNI, 1993, p. 78).

O Ocidente consegue ‘reproduzir-se’ no imaginário de cada sociedade e de cada indivíduo, o mundo almeja ocidentalizar-se e para isso desenvolve uma espécie de mimetismo, no qual se busca ter o mesmo poder do Ocidente, e a ciência e a técnica passam a ser vistas como os vetores para modernização, para o desenvolvimento. Como sublinhado por Latouche (1994), a dimensão econômica assume papel de protagonista no cenário mundial, passa a ser um fim em si. Mas há algo mais poderoso nesse processo, quando entendemos que

o modelo de desenvolvimento moderno é interiorizado. Os dirigentes do Terceiro Mundo pensam em fundar sobre o desenvolvimento o futuro de seus países, o imaginário popular sonha chegar ao conforto e a abundância, graças a ele. O anzol é ideológico, tanto quanto econômico. Não se pode escolher, é preciso ir pra frente (CHESNEAUX, 1996, p. 69 *et seq.*).

Neste contexto, o mundo todo entra numa busca desenfreada pelo desenvolvimento e este se coloca como

a aspiração ao modelo de consumo ocidental, ao poder da magia dos Brancos, ao status relacionado a esse modo de vida. O meio privilegiado de realizar esta aspiração é, evidentemente, a técnica. Aspirar ao desenvolvimento quer dizer comungar com a fé na ciência e reverenciar a técnica, mas também reivindicar por conta própria a ocidentalização, visando ser mais ocidentalizado para se ocidentalizar mais (LATOUCHE, *op. cit.*, p. 29).

Necessidades e desejos são criados, são ‘exportados’ pelo Ocidente que dita a forma de comportamento, de pensar, tudo passa a ser comandado e padronizado. A invasão cultural de que falou Latouche denomina de forma invisível o imaginário social, como uma doação ou como um destino a ser cumprido pelo Ocidente na busca de encaminhar as outras sociedades rumo ao desenvolvimento. E assim, o Ocidente triunfa, “sente-se perfeitamente que o termo dessa expansão dominadora não é uma fraternidade universal. Não é um triunfo da humanidade, mas é um triunfo sobre a humanidade” (LATOUCHE, 1994, p. 33).

As diferenças culturais são transformadas em desigualdades capazes de legitimar o discurso hierarquizador do Ocidente em relação aos não-ocidentais. As sociedades passam a ser qualificadas positiva ou negativamente de acordo com sua inserção no modelo ocidental e o discurso de sua superioridade se torna presente mediante canais variados, não só pelas relações econômicas, mas também através da educação, das formas políticas e das leis, como nos aponta Rua (2007).

Além do discurso, podemos observar também o poder como forma de manutenção da relação entre o Ocidente e o Resto, de que fala Hall (2002). Este autor afirma que as idéias de Oeste e o Resto, não só são produzidas, mas também produzem conhecimento, formas de agir, de pensar, de organizar as relações de poder globais. Com base nas suas idéias Oeste e Resto, são formados padrões de pensamento e de linguagem. Hall então retoma Foucault quando este conclui que

not only is discourse always implicated in *power*; discourse is one of the “systems” through which power circulates. The knowledge which a discourse produces constitutes a kind of power, exercised over those who are “know” in a particular way will be subject (i.e., subjected) to it. This is always a power-relation. (See Foucault 1980:201) Those who produce the discourse also have the power to *make it true* – i.e., to enforce its validity, its scientific status ⁵(Hall, 2002, p. 63, tradução nossa).

⁵ not only is discourse always implicated in *power*; discourse is one of the “systems” through which power circulates. The knowledge which a discourse produces constitutes a kind of power,

Importante contribuição para o entendimento desta análise é oferecida por Eduard Said (2002), ao afirmar que existe uma relação de complementaridade entre o Ocidente e o que ele denomina Oriente. Para o autor ambos são construções, tendo na verdade a existência de um, implicações na existência de outro, ou seja, não só o Ocidente cria o Oriente, mas também o Oriente ajuda a definir o Ocidente. O autor traz a noção de discurso de Foucault para argumentar que o oriente foi produzido e manejado de forma política, sociológica, ideológica, científica e imaginativa. Said nos permite então enxergar a complexidade inerente a este processo, uma vez que fica clara a não existência de uma separação plena de um e de outro, o que vemos é cada vez mais a coexistência de características ocidentais e orientais, num mesmo espaço.

É claro que nesse jogo, não podemos desprezar as assimetrias de poder existentes, o Ocidente exerce sua dominação sobre as outras sociedades e o faz através da hegemonia. Portanto, como afirma Said, “the Orient was Orientalized not only because it was discovered to be “Oriental” in all those ways considered common-place by an average nineteenth-century European, but also because it *could be* – that is, submitted to being – *made* Oriental” (SAID, 2002, p. 49 *et seq.*).

A forma encontrada para o exercício desta hegemonia foi o consenso, que vem da base gramsciana, segundo a qual a sociedade civil seria responsável pela profusão de idéias através de suas instituições, contudo essas idéias não se propagam através da dominação, mas pelo consenso. Ele enfatiza que, quando tratamos do discurso e da troca cultural, o que normalmente circula não é a “verdade”, mas uma representação (*ibid.*, p.53).

Rua (2007, p.163) retoma Gramsci para afirmar que a hegemonia do Ocidente abre espaço para contradiscursos em nível planetário, o que ele nos chama atenção é o fato de surgirem, nos mais variados cantos do mundo, formas de resistência ao discurso hegemônico. Essa hegemonia e as formas de resistência a ela empreendidas conformam visões de mundo diferenciadas, que são projetadas no espaço de cada sociedade. Há sempre um conflito entre as representações do

exercised over those who are “know” in a particular way will be subject (i.e.,subjected) to it. This is always a power-relation. (See Foucault 1980:201) Those who produce the discourse also have the power to *make it true* – i.e., to enforce its validity, its scientific status.

espaço projetadas pelas potências hegemônicas, e os espaços de representação contra-hegemônicos. Mas essas representações muitas vezes são traduzidas como algo natural e inevitável, tornando-se concreta e manipulando o vivido.

No caso do desenvolvimento sob o modelo Ocidental, há discursos que reproduzem a idéia de que este se mostra inevitável para que as sociedades alcancem seus desejos de mudança para melhor. Esse modelo de desenvolvimento então se torna algo natural e desejável. Mas qual desenvolvimento se busca? Pois mesmo nos centros desenvolvidos, encontramos situações de subdesenvolvimento, e vice-versa. Não há uma pureza nestas idéias. A questão que se coloca então é: o que vem a ser esse desenvolvimento, o que se esconde por trás dessa cortina de fumaça?

“Desenvolvimento pressupõe *mudança, transformação* – e uma transformação *positiva*, desejada ao desejável” (SOUZA, 1996, p. 5). Encontramo-nos todos na espera de alcançar esse desenvolvimento. Mas desde cedo ele foi criado para diferenciar, para separar as sociedades onde havia o progresso, a expansão, que caracterizavam as sociedades ocidentais, a partir de então chamadas desenvolvidas, das demais sociedades, onde era necessário recuperar o atraso ajudando a percorrer as etapas de crescimento, ou como aponta Castoriadis, entrar na fase do “crescimento auto-sustentado”. Tornou-se óbvio que o Ocidente, a partir de então, passa a ser um modelo para se espelhar e, segundo Verhelst (1992, p. 25), foi “essa concepção que resultou numa verdadeira ideologia do desenvolvimento”. O mundo desejava, agora, ocidentalizar-se, e para isso, era preciso que toda a sua forma de existência se modificasse para se ajustar ao modelo ocidental (CASTORIADIS, 1987, p. 141).

O papel das ONGs neste contexto sempre foi bastante claro, sua atuação junto às coletividades onde mantêm seus projetos procurou ampliar o acesso destas aos direitos fundamentais, como educação, saúde e alimentação, buscando desta maneira um desenvolvimento para essas coletividades. Mas ao tratarmos do fenômeno ONG não podemos deixar de analisar seu real conteúdo, seu surgimento, sua trajetória, para que possamos então compreender a dimensão do fenômeno hoje.

2.1.

Da relação entre o Estado e a Sociedade Civil: o surgimento de um novo sujeito

O mundo se modificara, o Terceiro Mundo recebe cada dia mais a presença do Ocidente, seja sob a forma de importação de tecnologias ou mesmo no imaginário social, criando cada vez mais a crença nas vantagens do modelo ocidental. Todo esse clima positivo contagia as organizações públicas e privadas, contudo o local permanece “distante” dessa realidade, o acesso dos programas de desenvolvimento às comunidades não se mostra tão eficaz, pois a escala de produção destes não favorece a apreensão da realidade local. As ONGs procuram então assumir este papel, o de se colocar como representantes a levar ao local as idéias e práticas ocidentais para a modernização (VERHELST, 1992).

Mas o que de fato se esconde por trás do termo ONG? Como dissemos anteriormente, a temática em questão é nosso foco de estudo há alguns anos e, portanto iremos reapresentar aqui algumas idéias discutidas anteriormente em Acioli (2007), ao tratar das proposições teóricas que hoje se evidenciam acerca da estrutura da sociedade contemporânea e que deram origem às noções de terceiro setor e de organização não-governamental.

Encontramos nos debates recentes uma clara tentativa de resignificação na concepção do papel do Estado, sob a qual este perde a sua responsabilidade no atendimento das necessidades básicas da sociedade, passando então esta função a um “novo” setor, de âmbito privado que seria o que hoje se coloca como o “terceiro setor”. Um dos principais caminhos encontrados para a disseminação deste pensamento foi a adoção, de forma bastante utilitarista, das noções de solidariedade, de voluntarismo, de generosidade entre outros valores que tomam destaque na atual conjuntura da sociedade e através dos quais buscam dar proteção às classes oprimidas. A cada movimento da totalidade, modificam, modificam-se todas as outras variáveis, como também os símbolos e com isso podemos dizer que a cada transformação na sociedade há a necessidade de uma renovação das ideologias e dos universos simbólicos (SANTOS, 1999, p. 103) e é exatamente este processo que explica essa tomada de novos valores, que temos observado desde o surgimento do neoliberalismo. O caráter ideológico com que são colocados estes valores permite “criar uma cultura de autculpa pelas mazelas

que afetam a população e de auto-ajuda e ajuda mútua para seu enfrentamento” (MONTAÑO, 2005, p. 23).

Não podemos deixar de apontar que desta forma, o terceiro setor emerge como um grande auxiliar no processo de expansão da ofensiva neoliberal de reestruturação do capital. Fruto de toda essa mudança podemos identificar a emergência de novas formas de associativismo nas últimas décadas e que têm trazido à tona a idéia de uma “sociedade civil organizada”, e muitas vezes em oposição à ação do mercado e do Estado. Montaña afirma que diante da hegemonia burguesa no âmbito estatal, no mercado e no espaço de produção, a sociedade civil se apresenta como o lócus das lutas sociais e de classe na disputa por poder, contudo essa articulação das lutas num projeto de classe dificulta a busca da hegemonia burguesa na sociedade civil o que, por outro lado se fortalece quando há o

isolamento (mediante a “setorialização” de esferas da sociedade) e a mistificação de uma sociedade civil (definida como “terceiro setor”), “popular”, homogênea e sem contradições de classes (que em conjunto buscaria o “bem-comum”) e em oposição ao Estado (tido como “primeiro setor” supostamente burocrático, ineficiente) e ao mercado (“segundo setor”, orientado pela procura do lucro) (*ibid.*, p. 16).

Para que possamos construir um instrumental teórico capaz de servir de base para tal análise é necessário que façamos um breve estudo da configuração da atual sociedade, buscando apontar a relação existente entre o processo atual de reestruturação do capital, o neoliberalismo e o conceito de terceiro setor. Para isso, encontramos nossa base teórica principalmente em Antonio Gramsci, teórico de filiação marxista, que o tempo todo norteia nosso entendimento acerca da sociedade e seus conflitos.

Como sabemos, o capitalismo possui contradições internas e vive constantes períodos de crise e reestruturação. Como nos mostra Ianni (1993, p. 55; 59),

a rigor, a história do capitalismo pode ser vista como a história da mundialização, da globalização do mundo. Um processo histórico, de larga duração, com ciclos de expansão e retração, ruptura e reorientação [...] visto assim, em perspectiva histórica ampla, o capitalismo é um modo de produção material e espiritual, um processo civilizatório revolucionando continuamente as condições de vida e trabalho, os modos de ser de indivíduos e coletividades, em todos os cantos do mundo.

Devido à crise inerente ao capitalismo frequentemente são requisitadas novas maneiras de sobrevivência e o projeto neoliberal surgiu como uma estratégia hegemônica de reagir a esta crise e ainda ampliar os níveis de acumulação do capital, tendo desdobramentos em alguns campos. Num primeiro momento podemos verificar o “combate ao trabalho”, o que fica explícito quando observamos os constantes ataques às leis e políticas trabalhistas e mais ainda às lutas sindicais e da esquerda, incluindo neste último a forte ofensiva no sentido de cooptação destes movimentos. Temos ainda a “reestruturação produtiva” e a “reforma do Estado”, que já vínhamos falando (MONTAÑO, 2005, p. 26).

Ao analisarmos a sociedade civil na concepção com que comumente vem sendo utilizada, podemos dizer que esta noção surge entre outras razões, com base numa apropriação distorcida da sociedade civil em Gramsci. No Brasil, contribuem também para este processo a proximidade com o marxismo, de militantes e simpatizantes de outrora e que hoje estão fortemente comprometidos com o projeto neoliberal, mas de maneira não tão inocente ainda justificam suas ações e discursos sobre a base de seu passado na esquerda brasileira.

A idéia com que tem sido concebida a sociedade civil passa pelo entendimento de uma suposta homogeneidade no seu interior, através da qual se desconsidera a existência de classes sociais distintas como um processo central para o entendimento da dinâmica social, direcionando o foco para a busca de consensos. Esse processo em nenhum momento abre a possibilidade de um rompimento com o *status quo*, pois uma vez que incorporada a idéia de uma homogeneidade no interior da sociedade, este modelo termina por minimizar os conflitos sociais e com isso reproduzindo e garantindo a manutenção da hegemonia da democracia liberal.

Por outro lado, sabemos que de forma alguma podemos descartar a existência dessas classes sociais com seus interesses conflitantes, e sendo assim, podemos afirmar que a busca destes consensos jamais pode dar conta dos conflitos mais profundos existentes no interior da sociedade. Mesmo diante da atuação das ONGs, vemos um distanciamento entre a necessidade mais imediata da população, que geralmente é atendida por estas organizações, e os reais problemas que atingem essas populações, que tem sua raiz muito mais profunda.

Argumentos não faltam de todas as partes para defender a atuação das ONGs. Alguns partem do pressuposto que se o Estado não vem cumprindo o papel de melhorar a qualidade de vida da população, as ONGs podem e devem fazê-lo. Outros preferem apelar para o individualismo contido no discurso de que se cada um fizer a sua parte o mundo se torna um lugar melhor e com isso podemos ter como consequência o surgimento de um discurso na tentativa de propor não mais a mobilização como um caminho para a busca da dissolução dos problemas sociais, mas a busca de medidas assistencialistas e compensatórias. Vários são os exemplos de organizações, governamentais ou não, que se ocupam da difusão deste pensamento no interior da sociedade, e muitas vezes o fazem de uma forma bastante subliminar e por trás de uma lente progressista.

A idéia chave deste pensamento é a *generosidade*, sentimento este que vem sendo utilizado como um artifício para confundir a visualização do que está por trás dos problemas que por ora se apresentam de maneira superficial. A falta de acesso à educação em uma coletividade, por exemplo, pode ser facilmente resolvida através da *generosidade* de voluntários, membros de ONGs ou não, mas que se proponham a ensinar esses indivíduos. Por outro lado, nem de longe esta ação vai dar àqueles indivíduos a solução de seu problema real, que está na forma como a sociedade se organiza, o problema é estrutural. Mais ainda, essas ações empreendem uma espécie de alienação sob a qual os indivíduos atendidos, deixam nas mãos de seus “tutores”, o papel de lutar por seus direitos. Contudo, não podemos desprezar totalmente a possibilidade de ganhos concretos que as ações imediatas podem alcançar, se tomadas como um meio de atingir um horizonte mais amplo de transformações.

Inúmeras são as formas utilizadas para difusão deste tipo de ideologia. Ela não se propaga apenas através da mídia, mas por todas as formas que o poder hegemônico na sociedade encontra e facilitado ainda mais pela rapidez e fluidez com que as informações se realizam atualmente.

As ONGs, pela sua atuação, também auxiliam na manutenção da hegemonia burguesa e para que possamos visualizar este processo basta observar que com o surgimento do neoliberalismo houve uma multiplicação de possibilidades para a construção de projetos por parte das ONGs. A década de 1990 vivenciou um momento de refluxo dos movimentos sociais, e neste período as ONGs deixam a

sombra desses movimentos e passam ao papel de protagonistas na sociedade. Mesmo se reafirmarmos a existência de um campo mais progressista no qual se insere as ONGs que teriam como objetivo buscar um aprofundamento da democracia, tornando-a mais participativa e assim atuando na construção de novos espaços públicos, ainda assim precisamos concordar com Zarpelon (2003, p. 25) quando afirma que “não há ONG contestatória do *status quo* exatamente porque sua sobrevivência depende da doação de organismos comprometidos com o *status quo*”.

Exatamente este comprometimento das ONGs nos faz retomar Álvaro Bianchi (2002) quando o autor ressalta que as atividades produtivas, incorporadas pelas ONGs, são muitas vezes orientadas pela lógica do mercado e amparadas na ação do Estado. Sua análise destaca três pontos principais, nos quais se podem identificar dificuldades teóricas do modelo apresentado.

Um deles aponta que “o estabelecimento de nítidas fronteiras entre o Estado, mercado e sociedade civil e a afirmação de uma contraposição entre esta última e os ‘subsistemas administrativo e econômico’, impede a compreensão da interpenetração dessas três esferas no mundo contemporâneo” (BIANCHI, 2002, p. 4).

Recorremos também à Gramsci (1991) quando nos mostra que uma distinção entre sociedade civil e Estado só pode ser feita com caráter analítico e não orgânico. Para o autor a sociedade política (Estado) e a sociedade civil formam um par conceitual marcado pela unidade na diversidade. O Estado é considerado por autores como Marx, Engels e Gramsci como tendo sua gênese nas relações de produção que se instalam na sociedade, em outras palavras, o Estado é a materialização do modo de produção. Neste sentido, a relação entre Estado e sociedade civil é entendida como uma relação ente dois planos indissociáveis, mas portadores de contradições.

Outra crítica está no fato de que “a afirmação de uma sociedade civil homogênea e portadora dos impulsos positivos para a renovação democrática da sociedade deixa escapar os conflitos e antagonismos existentes no interior dessa sociedade civil” (BIANCHI, 2002, p. 4). Este é um elemento central existente na formulação de Gramsci e ignorado pelos autores do terceiro setor, pois para

Gramsci a sociedade civil possui um caráter claramente classista, ela faz parte “do Estado (*lato sensu*) que por sua vez é permeado pelos interesses e conflitos das classes sociais conformadas na estrutura econômica (MONTAÑO, 2005, p. 126).

O que pretendemos destacar então é que não podemos deixar de perceber na sociedade civil a existência de interesses tanto da classe dominante, quanto os interesses das classes subordinadas. No caso das classes dominantes podemos dizer que detém os meios de produção, comunicação e ainda do aparelho do Estado, através do qual reproduzem sua ideologia e assim garantem o controle hegemônico. Já as classes dominadas estão em constante oposição à classe burguesa numa busca incessante por meios mais adequados a sua própria reprodução.

Neste sentido, a sociedade pode ser vista como possuindo no seu interior, antagonismos entre classes sociais diferenciadas,

mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da ‘ordem’. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado (ENGELS, 1978, p. 191).

Por último Bianchi destaca que “definida a sociedade civil como mola democrática da sociedade e não como lugar do conflito político e ideológico, seu ‘projeto utópico’ aparece como utopia que a atual relação de forças na sociedade civil permitira realizar, daí seu caráter autolimitado ser, precisamente, a limitação da ordem atual” (BIANCHI, 2002, p. 4). Com isso, reafirmamos que qualquer ação empreendida com base nesta suposta homogeneidade, se faz de forma parcial, ideologicamente carregada de subjetividade e comprometida com a manutenção da dinâmica social hegemônica atual.

Partindo dessas críticas de Álvaro Bianchi, seguimos então em busca do entendimento da real dimensão do que o termo sociedade civil em Gramsci, de maneira que incorpore nesta análise os conflitos existentes no seu interior e nos permita apontar contribuições para o debate acerca da atuação das ONGs.

Para Gramsci “o Estado não é concebível mais que como forma concreta de um determinado mundo econômico, de um determinado sistema de produção”

(GRAMSCI, 2002, p. 36) ele afirma que a relação existente entre a *superestrutura* (Estado capitalista) e a *estrutura econômica* expressa uma totalidade.

Nesta *démarche* a sociedade política é reconhecida como o Estado no sentido restrito, o qual exerce mecanismos de coerção sobre a sociedade a fim de manter sua hegemonia, e o faz através do aparelho governamental. Mas Gramsci não deixa de sublinhar que o Estado não pode ser visto apenas com seu caráter repressivo e coercitivo, “a construção do consenso também encontra lugar neste Estado” (BIANCHI, 2002, p. 5) e “exatamente porque Gramsci tem a clara compreensão de que a estrutura da sociedade é fortemente determinada por idéias e valores, a luta pela hegemonia também encerra em si um debate sobre a cultura”⁶.

Ao apontar em sua obra a sociedade política e a sociedade civil como situadas na *superestrutura* e, portanto, fora da *estrutura econômica*, Gramsci foi muitas vezes interpretado de maneira equivocada por inúmeros autores que partem desta análise e terminam propondo uma separação entre a sociedade política, o mercado e a sociedade civil. Muitas dessas leituras acabam por fundar concepções distorcidas da realidade social e serviram como base para inúmeros discursos, como no caso do terceiro setor.

Para Gramsci, na noção geral de Estado entram elementos que também são comuns à noção de sociedade civil (neste sentido, poder-se-ia dizer que o Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia revestida de coerção) (GRAMSCI, 1991, p. 149). Podemos dizer então que o Estado passa a ser entendido como um conjunto, do qual fazem parte tanto a sociedade política, quanto a sociedade civil, sendo esta a noção de Estado ampliado que Gramsci elabora. O que o autor propõe é uma ampliação do conceito de Estado, no qual seja incorporada tanto a noção marxiana de Estado-coerção, como também uma dimensão que tenha a função de hegemonia e de dominação de um grupo dominante sobre o conjunto da sociedade, realizada através de aparelhos privados como a escola, as igrejas, associações e, podemos acrescentar aqui, as ONGs. Esta outra dimensão é a sociedade civil definida por Gramsci como sendo um

⁶ Trecho capturado em dezembro de 2007 do seguinte artigo: Simionatto, Ivete. O social e o político no pensamento de Gramsci no sitio <www.artnet.com.br/gramsci/arquiv41.htm>

“conjunto dos organismos vulgarmente chamados ‘privados’” (GRAMSCI, *apud* BIANCHI, 2005, p. 17).

Ao tratar deste assunto Gramsci ressalta a função que os organismos da sociedade civil desempenham na busca da articulação de consensos entre classes dominantes e subalternas e que criam condições favoráveis à manutenção da hegemonia dos grupos dominantes. Para ser efetivo esse processo, portanto, precisa ser realizado de forma que as massas não o vejam como uma realização vantajosa para uma minoria. A partir de então se enfatiza a idéia da construção de “uma vanguarda de trabalho ativo e responsável. O elemento ‘voluntariedade’ na iniciativa não poderia ser estimulado de outro modo pelas mais amplas multidões” (GRAMSCI, 1991, p. 89).

Neste sentido, contrariamente aos autores do “terceiro setor”, a categoria de sociedade civil em Gramsci supõe sua articulação com outras categorias centrais: a hegemonia de classe e a revolução. Pensar o conceito gramsciano de sociedade civil desconhecendo sua articulação com estas questões representa um claro reducionismo e esvaziamento da estrutura do seu pensamento (MONTAÑO, 2005, p. 127).

Através do controle do Estado, dos instrumentos hegemônicos, do controle da informação, e principalmente do controle do poder econômico da sociedade, uma minoria dominante consegue produzir uma ideologia no sentido de deslegitimar o Estado, valorizando as ações setorializadas, localizadas e imediatistas. Com isso, à medida que estas construções ideológicas se reproduzem e são absorvidas pelo senso comum, as classes dominantes conseguem legitimar sua hegemonia, obtendo o controle social e político.

Sabemos que a formação histórica do Estado tem sua configuração alterada de acordo com as relações que são estabelecidas na sociedade, o que significa que o Estado é parte dessa sociedade, gerador de uma ideologia hegemônica e que elabora políticas que atendam às necessidades de uma minoria dominante. Desde o década de 1990 vemos no Brasil o surgimento e avanço do projeto neoliberal que se caracteriza, entre outras coisas, por uma redução do Estado no sentido de provocar a ausência de políticas para algumas comunidades e setores da sociedade, produzindo o discurso no sentido de incentivar a “autonomia” destas comunidades em relação ao Estado e propondo uma não obrigatoriedade de financiamento de infra-estrutura e de políticas sociais. Conforme afirma Ianni

(1993, p. 59) “o ideário do neoliberalismo adquire predomínio mundial, como ideologia e prática, modo de compreender e agir, forma de gestão do mercado e poder político, concepção do público privado, ordenação da sociedade e visão do mundo”.

Quando nos reportamos à atuação das ONGs, podemos observar que em alguns países, como no caso do Brasil, grande parte dos investimentos conseguidos pelas mesmas para implementação de seus projetos vem de organização e fundações internacionais.

A questão central é apontar que desta relação de troca, ou até mesmo de dependência das ONGs para com as fontes financiadoras, resulta que o papel que realizam em momento algum possui o caráter de questionar a ordem vigente da sociedade. Muito pelo contrário, seus objetivos passam pela tentativa de humanizar o capitalismo, e tornar os conflitos sociais mais brandos, sem, contudo, alterar a estrutura social para isso.

Um exemplo deste processo pode ser visto através dos projetos assistenciais que as ONGs implementam, pois estes minimizam os problemas enfrentados pelas coletividades atendidas, contudo não aprofundam suas questões para que se alcance a base de todos os problemas que os aflige, que está no modelo civilizatório que (re)produz os conflitos e diferenciações de classe. A ação das ONGs aparecem como paliativos, como retalhos que procuram melhorar a aparência de uma trama que não possui mais conserto. Aos problemas locais, procuram soluções que na maior parte das vezes não ultrapassam a dimensão econômica e nem mesmo conseguem superar o aprisionamento na escala local.

O que vemos é que

ao abandonar-se a constituição de redes públicas permanentes capazes de oferecer bens e serviços justamente onde eles são mais necessários, ficam evidentes a fragmentação das ações e o seu caráter emergencial e provisório. Substituem-se programas nacionais e regionais por iniciativas “locais” incapazes de dar uma cobertura suficiente e cujo impacto é praticamente nulo quando se trata de grandes contingentes populacionais em situação de pobreza e/ou “exclusão”. Caímos no reino do “minimalismo”, onde pequenas soluções *ad hoc* são mostradas como grandes exemplos pelo governo e pela mídia (MONTAÑO, 2005, p. 12).

As ONGs que atuam nestas comunidades deixam escapar a forma segmentada de sua atuação quando vemos que seus projetos são na maior parte

das vezes para grupos específicos, como apontamos em Acioli (2007) ao utilizar o exemplo dos projetos voltados à alfabetização de adultos. Reafirmamos ser inegável a necessidade e a relevância de termos a população toda alfabetizada, ninguém com o mínimo de razão crítica pode ser contra esse argumento, mas o questionamento se encontra na maneira como é conduzido o processo. Raramente se discutem as razões pelas quais estes indivíduos permaneceram até a fase adulta sem acesso à educação, ainda que a mais básica. Ao Estado não interessa que este pensamento seja levado ao conjunto da sociedade, pois mantendo a população sob condições limitadas de acesso à educação, garante que desta não emirjam indivíduos questionadores, que venham a por em xeque a hegemonia social vigente. Tampouco interessa às ONGs, que retiram destes paliativos seu sustento e principalmente sua existência. Outros inúmeros exemplos poderiam ser aqui utilizados, como o caso de algumas bandeiras da questão de gênero, de etnia, entre outras, onde o caráter classista da sociedade se dissolve dando lugar as lutas e conquistas territoriais.

À sociedade civil então é acrescentada uma nova dimensão produtiva, responsável pela produção de bens e serviços sociais e que serve de base para as atuais noções de “terceiro setor” e de “organizações não-governamentais”. Este processo se inicia com o surgimento do neoliberalismo e sua política do “Estado mínimo”, que se torna parte do discurso das ONGs a partir do momento que estas entram em cena para ocupar o “vazio” deixado pelo Estado nessas áreas (BIANCHI, 2002). Contudo, é importante mais uma vez ressaltar que a atuação de algumas destas organizações efetivamente consegue suprir essa ausência, mas não mais para o conjunto da sociedade, como seria o papel do Estado, e sim para algumas áreas e algumas comunidades. Sua forma de atuação se mostra bastante setorizada e segmentada.

O debate sobre a forma de atuação das ONGs é um tema bastante polêmico e que se encontra em evidência nos debates acadêmicos e científicos hodiernos. Participam deste debate as mais variadas correntes de pensamento, através das quais podemos enxergar o emaranhado de posições acerca da atuação destas organizações, de onde emergem inúmeras críticas, questionamentos e possíveis caminhos para esse relevante processo.

Uma das principais críticas efetuadas contra as ONGs está na utilização de recursos públicos para sua manutenção. Por outro lado, sempre surgem argumentos em sua defesa como o que encontramos em Waldemar Boff², destacado por Zarpelon (2003, p. 10) quando diz que *“tanto faz a origem do dinheiro, se ele viabiliza as questões públicas dos excluídos. Este é o nosso ponto”*. O que este quadro deixa escapar é mais uma vez a face neoliberal que o Estado assumiu, deixando que a visão imediatista, da realização de uma necessidade urgente, supere qualquer questionamento mais profundo. Vemos neste processo um aumento dos financiamentos públicos a projetos e ações que antes eram da sua responsabilidade.

Essa visão imediatista das políticas destas organizações termina negligenciando uma construção ideológica que garanta uma mudança na base dos problemas em longo prazo. E seu caráter assistencialista é outro ponto relevante de críticas, uma vez que pode ser diretamente associado à desmobilização dos movimentos sociais, bem como à diminuição de sua capacidade reivindicativa. Isso se deve ao papel que as ONGs cumprem, tanto em atender algumas das demandas desses grupos, quanto em se colocar como intermediárias no processo de “negociação” com o Estado.

A partir de toda essa complexidade de análises apresentadas pelos mais diversos autores, que apontam diferenças nas concepções de terceiro setor e da sociedade civil, podemos a partir de agora, buscar entender como se efetivou a trajetória das organizações não-governamentais no mundo e no Brasil e sua relação com as políticas de desenvolvimento.

Desde sua primeira aparição nos anos 40, as ONGs sempre tiveram uma relação muito próxima com os projetos de desenvolvimento a maneira Ocidental. Mas por sua proximidade com as populações locais, na década de 60 as ONGs receberam um destaque levando às comunidades, os projetos concebidos nos mais distintos cantos do mundo. Eram projetos de desenvolvimento, que muitas vezes sequer conheciam a realidade das comunidades para a qual foram criados. Portanto o que vemos, neste período, foi a colaboração das ONGs com a ideologia dominante, onde seu papel passa pela ajuda aos países do Terceiro Mundo a se modernizarem. Tratava-se claramente de uma visão exógena de desenvolvimento

que era transplantada para as comunidades, sem sequer serem discutidas as reais necessidades das mesmas.

Os resultados deste tipo de intervenção não se mostraram muito benéficos, pois até hoje são poucos os exemplos que podemos apontar onde se conseguiu romper com a miséria, construindo algum tipo de desenvolvimento socialmente justo e de melhoria da qualidade de vida das coletividades envolvidas. O que comumente observamos é uma contínua e crescente carência por parte das populações, no atendimento das expectativas para o seu bem-estar e, muitas vezes, o surgimento de um sentimento de imobilismo, de alienação, na qual as coletividades só conseguem se enxergar sob a tutela desses programas, apagando de si mesmos a força para lutar com suas próprias armas pelos seus desejos.

Esse modelo de ação implementado nos anos 60, de cooperação para o desenvolvimento, tem se mostrado bastante fracassado. Neste período questões como a dos limites naturais ao crescimento e o preço alto que as gerações futuras pagariam por isso, tomam lugar importante nos debates da sociedade. Mas o capitalismo soube responder rapidamente a estes questionamentos. Incorporou o discurso ambientalista de tal forma que este passou a fazer parte até do marketing de grandes empresas poluidoras. E ainda nos dias atuais podemos observar a utilização dessa propaganda pelas mais variadas instituições, que desenvolvem projetos com o rótulo da “sustentabilidade”.

Após enfrentar as críticas ao modelo de desenvolvimento até então construído pelo Ocidente, as duas décadas seguintes trouxeram uma renovação. A teoria da dependência surge como uma visão de que a diferenciação existente entre as sociedades, na verdade não seria fruto de um atraso histórico a ser derrubado, mas sim de uma dependência entre as diferentes sociedades. Esta sendo criada pelo longo processo de exploração dos países do sul, tidos como subdesenvolvidos, pelos países do norte, os desenvolvidos.

Quanto às ONGs, neste período surgem novas organizações, não mais ocupadas com uma “cooperação técnica” ou em oferecer “ajuda para o desenvolvimento sócio-econômico” sublinhado por Verhelst (1992, p. 31), agora “a reflexão se faz em termos de parceria e de solidariedade em relação aos povos do Terceiro Mundo, em sua luta pela independência política e sócio-econômica”.

No Brasil esse processo se refletiu no comprometimento que as ONGs tiveram em resistir, ao lado do povo, ao regime ditatorial daquele período, assumindo um papel centralmente político.

A partir de então, o caráter puramente assistencial, passa a dividir espaço com análises das necessidades concretas das coletividades. Não podemos desprezar alguns resultados positivos extraídos desta mudança como no caso da ‘conscientização’ segundo a “pedagogia dos oprimidos”, de Paulo Freire, que permitiu às comunidades refletirem sobre as reais causas de sua situação socioeconômica. Contudo, este caráter supostamente libertador, esbarra na maioria das vezes na atuação fragmentária destas organizações que terminam por promover resultados paliativos. Sendo assim, a estrutura de poder estabelecida termina sem grandes abalos.

Com o período de abertura política vivenciado na década de 80 há um aumento do número de ONGs ligadas à parceria e assistência aos movimentos sociais. Podemos dizer que neste momento “as ONGs eram suportes para a ação dos movimentos. Eram ONGs cidadãs, movimentalistas, militantes. A face movimentalista encobria, nas próprias ONGs, sua face, produtiva, geradora de inovações no campo de alternativas às necessidades e demandas sociais” (GOHN, 2005, p. 89).

Contudo, como mostrado por Verhelst (1992, p. 35), há outra lacuna deixada pelas ONGs, quando observamos o distanciamento que geralmente apresentam de suas ações com as culturas locais. Mesmo quando suas ações para o desenvolvimento são constituídas com base em análise das necessidades do local, mesmo com a participação de indivíduos de dentro da comunidade na efetivação dos projetos, ainda assim trata-se de uma visão “de fora”, ou seja, em última análise, alguém **determina** quais são os seus problemas ou como resolvê-los.

Por outro lado, essa imposição de um modelo de desenvolvimento sofre constante resistência por parte das comunidades. Trata-se de

uma resistência não apenas levantada contra o processo de desenvolvimento apoiado na dependência e no mimetismo, mas também contra as análises e estratégias à maneira ocidental, que lhes são propostas pelos defensores da tese libertadora centrada na conscientização, na organização popular e no desenvolvimento econômico autocentrado (VERHELST, *loc. cit.*).

Podemos dizer agora que as noções de desenvolvimento que conhecemos até hoje estão submetidas a concepções monodimensionais da realidade social, uma vez que se apóiam apenas na sua dimensão econômica, modernizadora (SOUZA, 1997). Sublinhamos também que estas não conseguiram atingir os objetivos para os quais foram gestadas, deixando as coletividades mergulhadas na “eterna” esperança de transformação em seu modo de vida. O projeto da modernidade fracassou ao tentar, pelo menos no discurso, resolver as mazelas das sociedades ditas subdesenvolvidas, ou em vias de desenvolvimento, como agora são conhecidas.

Por outro lado, não podemos fechar os olhos para o fato de que as duras críticas dispensadas ao projeto da modernidade atingem também a idéia de desenvolvimento. Contudo, como dito anteriormente, “desenvolvimento pressupõe *mudança, transformação* – e uma transformação *positiva*, desejada ao desejável” (SOUZA, 1996, p. 5). Caberia então abandonar totalmente o termo desenvolvimento? Acreditamos que não, que ganhamos mais ao buscar romper com as visões hegemônicas até hoje, abrindo a possibilidade de (re)construção do desenvolvimento sob a perspectiva de uma transformação realmente positiva e desejada pelas coletividades. Como fazê-lo? Não sabemos, porém como diz uma conhecida passagem do poeta espanhol Antonio Machado, “caminhante, não há caminho, faz-se o caminho andar”, portanto, tentaremos, como já o fazem alguns autores, dar os primeiros passos.

2.2

(Re)pensando o desenvolvimento para além do capital

Analisando a conjuntura política e social do final da década de 1980 e início da década de 1990 vemos que ela provocou profundas alterações na dinâmica das organizações não-governamentais e favoreceu a separação entre as ONGs e os movimentos sociais da época, surgindo assim organizações mais articuladas a empresas e fundações. Estas deixam para trás os movimentos sociais, tomando a dianteira dos processos políticos da época e atuando agora de forma autônoma, desenvolvendo seus próprios projetos para o atendimento das necessidades das coletividades. Boa parte do financiamento conseguido por elas está relacionada

neste momento aos chamados programas de responsabilidade social, desenvolvidos pela iniciativa privada.

Outra mudança pela qual estas organizações passaram, a partir dos anos 90, vem da necessidade que apresentaram em reestruturar suas estratégias e suas formas de atuar.

A não rigidez em suas formulações possibilita-lhes mudar quando a conjuntura política se torna desfavorável [...] Se a conjuntura política mudou, o discurso e as práticas também mudam rapidamente. O perigo desta postura é o abandono de alguns princípios que deveriam ser os pilares norteadores das ações (GOHN, 2005, p. 99 *et seq.*).

Se por um lado há uma defesa sempre constante da atuação das ONGs com base no discurso de inoperância do Estado, por outro lado, por trás desse discurso se esconde a funcionalidade que estas ideologias têm em legitimar e ampliar a ofensiva neoliberal. Todo esse panorama também nos mostra que cada vez mais o local resiste à ocidentalização e vemos então a explosão de diversos conflitos sócio-espaciais de rejeição/reação (ACIOLI *et al.*, 2009, p. 2). O combate à homogeneização do mundo passa, portanto, pela valorização da escala local.

Mesmo tendo a modernidade, com seu projeto expansionista, tentado reduzir o mundo a uma massa uniforme e passiva às suas idéias, o que presenciamos é uma crescente rejeição ao projeto da modernidade, que carrega para o mesmo fim a idéia de desenvolvimento. Rua (2007) nos atenta para o fato de que a visão do desenvolvimento como modernização é restaurada pelo neoliberalismo, mantendo uma perspectiva positiva de progresso, mas agora diretamente ligada à esfera financeira. O autor destaca ainda a continuidade do desenvolvimento enquanto processo natural que a cada momento se recria, destruindo o velho, num constante movimento de declínio e destruição.

As coletividades não aceitam passivamente a heteronomia contida neste projeto, nem mesmo a banalização de suas idéias e comportamentos. Diante disso, como aponta Chesneaux (1996, p. 59) “o local resiste, ele representa não sobrevivências passageiras, mas âncoras singulares, vivas, a partir das quais outra qualidade de desenvolvimento permanece possível”.

Se olharmos com mais profundidade para os projetos de desenvolvimento que são implementados, chegamos a conclusão que muito pouco mudou desde as

últimas décadas. No caso das ONGs, boa parte de suas ações continua comprometida com a manutenção da ordem estabelecida, ou seja, muito pouco, ou podemos até mesmo afirmar que quase nada foi feito para que se alcançasse uma mudança social real.

Anthony Bebbington (2004, p. 727) argumenta que é inegável que a presença de ONGs traz significados, formas de exercício de poder, recursos, conceitos de modernidade e toda uma gama de influências sobre o lugar, logo a presença de uma ONG torna-se parte da produção e reprodução do local. Por outro lado, essa atuação tem resultados diferentes em cada local de atuação, pois a realidade existente é diferenciada, o que contribui para uma desigualdade nos padrões de desenvolvimento. Não podemos deixar de ressaltar, que as desigualdades da presença de atividade das ONGs no espaço estão muito relacionadas às redes sociais e de interação dessas organizações. E sob o rigor de uma sociedade heterônoma, essas organizações terminam reproduzindo no local, a ordem hegemônica nas diversas escalas que ela perpassa.

Ainda que existam características comuns a quase todas as ONGs, podemos afirmar que existe uma variedade muito grande de tipos de organizações sob este rótulo de não-governamental, tendo apenas como ponto explicitamente comum, seu caráter não-governamental e sem fins lucrativos.

Grande parte delas atua da mesma forma, usando os mesmos métodos, os mesmos recursos e, principalmente, chegando aos mesmos resultados políticos e práticos, ainda que suas intenções sejam diferentes. Desta forma, entendemos que a heterogeneidade existente no campo das organizações não-governamentais não impede a existência de congruências nos resultados políticos e práticos obtidos através de sua intervenção na área de políticas sociais (ZARPELON, 2003, p. 7).

O que queremos dizer com isso é que qualquer tipo de análise feita sobre essas organizações, não deve ser considerada como uma análise de totalidade das ONGs existentes. Quando falamos das políticas de desenvolvimento empreendidas por estas organizações e ainda de sua postura perante a estrutura social vigente, não pretendemos de forma alguma indicar que não existam exceções neste campo. É preciso ter isso claro daqui em diante.

Atualmente, boa parte das ONGs trabalha com projetos de desenvolvimento local, ou seja, seu foco de atuação é na escala mais próxima da comunidade e dos

indivíduos. Suas ações se constroem muitas vezes somente na tentativa de inserir as comunidades atendidas no mercado, de forma que estas consigam produzir e se reproduzir. Raramente a comunidade é consultada sobre seus desejos e necessidades, na maior parte das vezes, os mesmos projetos são transplantados e aplicados em diversos locais, com histórias, culturas e modos de vida diferenciados.

Quando vemos nos últimos anos o enorme número de críticas sendo lançadas sobre as ONGs, podemos observar que boa parte se refere a não-incorporação da cultura como elemento central para as suas análises e projetos de desenvolvimento. Isso fez com que essas organizações se adaptassem e criassem uma espécie de compromisso com a “manutenção” ou mesmo com o “resgate” das “culturas locais” através de seus projetos.

Contudo, chamamos atenção para o fato de que o que eles chamam de cultura, não passa de uma versão reducionista do que nós conhecemos e denominamos cultura. Não podemos ver a cultura como algo exótico e folclórico, que englobe apenas tradições como música, danças e a arte, mas sim como algo mais amplo, que incorpore desde os conhecimentos técnicos, a mentalidade, até as atividades produtoras. Enfim, tudo que diz respeito à organização de uma coletividade. E o maior perigo desse simplismo reside no fato de que as políticas de desenvolvimento empreendidas pelas ONGs muitas vezes ameaçam a integridade cultural dessas coletividades (VERHELST, 1992).

Ao invés de negar as diferenças culturais, ou mesmo de destruí-las através de um processo de aculturação, devemos buscar cada vez mais a autodeterminação de cada coletividade enquanto sujeitos de seus próprios desenvolvimentos. Isso só se tornará real a partir do ponto em que nós consigamos romper com as certezas a que vínhamos sendo submetidos, como mostra Morin (1999), devemos buscar o diálogo entre a certeza e a incerteza, a separação e a inseparabilidade, evitar, pois, apreender a realidade através de uma relação simplificadora de causa/efeito. Como ele diz, realizar uma verdadeira reforma paradigmática.

Diante dessa necessidade, o paradigma da complexidade, de que fala Morin, se coloca como uma base sobre a qual precisamos (re)aprender a caminhar.

Marcelo Souza (1997) ressalta a importância desse pensamento quando diz que devemos mergulhar no paradigma da complexidade para expulsar a teoria do desenvolvimento de seu pseudoparaíso de certezas mumificadas. Com isso, fica clara a premência de pensar dialeticamente, ou seja, romper “com os raciocínios lógicos e reducionistas, incorporando um enfoque que busca interações complexas”.

Sabemos que num sistema tão complexo como a sociedade, jamais podemos extrair análises que dão conta do todo, pois este se mostra por demais complexo e “cada sociedade cria uma trama de significações para representar a si mesma e o mundo, trama essa que, por sua vez, estabelece o caldo de cultura onde são socializados os indivíduos” (SOUZA, 1997, p. 78). Podemos somente apreender algumas interações entre as dimensões desse todo, mas que serão sempre uma representação do real e nunca o real complexo como se apresenta. Ainda assim, não podemos aceitar que os problemas sociais tenham uma monocausalidade nas suas explicações.

Como então pensar o desenvolvimento através dessa lente da complexidade? A partir do momento em que entendemos a sociedade na sua complexidade real, com diversas dimensões interdependentes já conseguimos dar o primeiro passo. Como nos aponta Souza (1996, p. 18)

se se quiser ultrapassar os parcialismos analíticos ancorados na Epistemologia positivista, produtores de visões monodimensionais do desenvolvimento – p.ex. o conceito de “desenvolvimento econômico” –, é necessário compreender a sociedade como um todo indivisível, constituído não de “instâncias”, “estruturas” ou “sistemas” autônomos (economia, política...), mas de *dimensões* interdependentes, onde cada dimensão, embora distinta das demais, não pode ter sua própria dinâmica apreendida se a desconectarmos, “por pragmatismo”, das demais.

A multidimensionalidade analítica se coloca então, como uma espécie de pré-requisito para qualquer reflexão sobre o desenvolvimento e a cultura é uma das dimensões que vem enriquecer este debate. Como vínhamos falando, a cultura se mostra um elemento de destaque neste debate se analisarmos, por exemplo, que cada sociedade, incorpora os elementos culturais do Ocidente à sua maneira, de acordo com suas características e seu grau de aculturação ao modelo ocidental.

É importante lembrar que vivemos mergulhados numa realidade que se apresenta de forma complexa e contraditória, sendo assim inexistente em qualquer

parte do mundo, atualmente, uma pureza cultural, sem contaminações e influências de fora, do outro. Podemos então dizer que as sociedades, mesmo as ocidentais, vivem sob uma pluralidade cultural, na qual participam da dinâmica cultural mundial. Esta por sua vez, se mostra bastante incorporada à modernidade ocidental.

Por outro lado, é possível encontrar focos de resistência ao processo uniformizador da cultura Ocidental. O modelo de globalização empreendido leva também à diferenciação, e esta sugere que as diferenças existentes entre o Ocidente e não-ocidente podem ceder espaço para que algumas sociedades consigam certa autonomia para construir seus próprios modelos de sociedade.

Neste sentido, as ONGs têm tido um papel importante para os agentes do desenvolvimento capitalista, uma vez que na maior parte das vezes atuam de forma a levar às coletividades envolvidas em seus projetos, um modelo monocultural, que mesmo quando considera as formas culturais existentes, o faz sob uma ótica reducionista. A cultura sendo vista como um mero adereço e não como um processo histórico amplo.

O momento em que vivemos, de crise e crítica da modalidade, favoreceu o surgimento das novas perspectivas como na visão dos defensores da pós-modernidade e do pós-desenvolvimento. O discurso da pós-modernidade nos trouxe uma dimensão mais subjetiva da realidade, fez com que a dinâmica social que antes era vista como centralmente econômica, agora passasse a incorporar a dimensão cultural. Contudo, o faz de uma forma superficial, sem considerar as conexões existentes entre as diversas dimensões do real. Muitas vezes os vemos cair em discursos localistas ou simplistas na sua análise, sendo o local um fim de si.

Esta nova perspectiva que se desenha, por outro lado nos toma atenção por possibilitar que, rompendo com reducionismos e simplismos, consigamos incorporar a subjetividade inerente ao todo social e perceber o papel relevante das dimensões sociais, dentre elas a cultura, na produção e reprodução social. A escala de análise pode nos indicar um caminho para esta abertura. Assim como Souza (1996), acreditamos que a dimensão espacial se mostra relevante tanto do ponto de vista teórico-conceitual, quando do ponto de vista metodológico neste debate

sobre o desenvolvimento. A multiescalaridade dos processos não pode ser negligenciada em nossos estudos.

Na relação desenvolvidos/subdesenvolvidos a questão da escala se mostra um elemento diferenciador. Se focarmos somente na escala global, corremos o risco de enxergar apenas a disparidade existente entre as sociedades ditas desenvolvidas e as chamadas subdesenvolvidas. Por outro lado, se o foco for o local, podemos recair no erro de não perceber as determinações do global no local, ou mesmo de enxergar esse local como algo homogêneo, livre de contradições. Mas se finalmente conseguirmos romper com essa dicotomia local/global, poderemos avançar para outras escalas e perceber as interações existentes. As sociedades desenvolvidas não estão livres de conflitos e contradições, encontramos nelas a coexistência do subdesenvolvimento e o mesmo se pode dizer das sociedades ditas subdesenvolvidas. É um jogo de poder que se mostra cada vez dinâmico, esse conflito é o que move as sociedades. Não podemos, portanto, negligenciar o papel diferenciador da incorporação de diversas escalas para que possamos nos aproximar um pouco mais do real, embora sabendo que nunca poderemos dar conta do todo.

Sabemos agora que é preciso ter uma visão multiescalar e multidimensional deste processo para que possamos ter uma aproximação maior com a realidade. Podemos dizer também que as diferenças existentes entre as diversas sociedades constituem a diversidade que move o Ocidente. Mas como fazer para romper com essa hegemonia do modelo de desenvolvimento Ocidental? É também nesta diferença que encontramos um dos possíveis caminhos. Como romper com a submissão ao modelo hegemônico numa sociedade heterônoma? Um importante passo nos é indicado por Castoriadis quando trata da autonomia individual e coletiva numa sociedade.

A autonomia, segundo o autor, se apresenta como um processo através do qual os indivíduos e as coletividades são capazes de decidir sobre seus desejos, necessidades, meios de se atingir esses desejos e os fins para os quais são construídos. Com este pensamento em mente e olhando para a forma de atuação da maioria das ONGs, percebemos que suas ações muitas vezes criam uma barreira à autonomia das coletividades. Empreendendo políticas assistencialistas, essas organizações terminam criando uma mentalidade de tutela em relação às

comunidades atendidas e estas por sua vez, muitas vezes, se acomodam e não vêm na sua autonomia um caminho para a resolução de seus problemas. Ficam a espera de alguém que interceda por elas.

É consenso que algo precisa ser mudado, mas acreditamos também ser possível alcançar o desenvolvimento de uma forma ampla, um desenvolvimento que não seja fechado, mas que se construa a partir das expectativas e desejos das coletividades. Que estas possam ter autonomia para construir o seu próprio desenvolvimento, sem que tenham que abrir mão de sua cultura, de seu modo de vida. O projeto de desenvolvimento como comumente vem sendo apresentado pelas ONGs, de redução da pobreza, já se mostra bastante ineficaz para tal fim. Como aponta Bebbington (2004, p. 741), devemos, pois, recuperar o significado de desenvolvimento como justiça social.

Souza (1996, p. 9), ressalta que o desenvolvimento fora do âmbito do desenvolvimento capitalista, deve ser visto de forma aberta, rompendo com a heteronomia embutida como uma de suas dimensões, no projeto da modernidade. Diante disso, não pretendemos e muito menos podemos definir aqui, um conceito de desenvolvimento que seja livre das vicissitudes do projeto da modernidade. O que podemos fazer é apontar caminhos para que cada coletividade consiga aprimorar os seus meios de atingir a mudança desejada. A autonomia de que fala Castoriadis, nos parece o horizonte deste caminho. Sem ela, tudo termina se perdendo em um discurso de participação que não necessariamente conduzirá por novos caminhos.